

# Considerações em torno do Protesto do Escravo Negro no Rio Grande do Sul (1738-1848)

MARGARET BAKOS

## Resumo

Este trabalho analisa a resistência e o protesto do escravo negro no Rio Grande do Sul entre os anos de 1737 e 1848. Objetiva mostrar que o negro gaúcho não foi pacífico conforme registra a historiografia tradicional. As fugas, a violência contra os senhores, a formação de quilombos são aspectos estudados e que demonstram a insatisfação do negro escravo. Utiliza-se para isso novas fontes como os processos-crime e relatos sobre as razões e a forma de vida dos escravos negros nos quilombos.

A pesquisa incentiva uma releitura dos registros históricos visando a melhor compreensão da profunda e silenciosa mensagem de desespero e rebeldia neles contida.

## Abstract

This paper examines the opposition and the protest of the black slave in Rio Grande do Sul between 1737 and 1848. The aim is to demonstrate that he was not so pacific as generally thought. Escapes and violence against the lords and "quilombo" formation are features that demonstrate the dissatisfaction of the black slave. These facts are brought to light after studying criminal prosecution papers and reports concerning the reasons and the way of life of the negroes in the "quilombos".

This research suggests a reappraisal of the historical reports in order to understand their deep and silent message of despair and rebelliousness.

## Introdução

A análise das formas de resistência do negro enquanto escravo no Rio Grande do Sul torna-se difícil pela falta de pesquisas monográficas sobre o tema e por tendências que marcaram a historiografia regional com o mito da amenidade do escravismo no sul do país<sup>(1)</sup>.

---

*A autora é Professora Adjunto de História da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo.*

(1) Para um levantamento historiográfico da escravidão negra no Rio Grande do Sul, ver CARDOSO (1977).

Objetiva-se resgatar a participação do escravo negro no processo histórico rio-grandense enquanto pessoa humana capaz de desejar a sua própria liberdade e a de seus iguais, à custa, se necessário, do uso da violência para com os representantes do sistema cerceador.

Como ponto de partida estabeleceu-se a hipótese de que o escravo negro no Rio Grande do Sul, desde os primeiros tempos em que aqui penetrou, manifestou insatisfação ou agressividade em face de sua situação. Esta hipótese será comprovada através da análise de fatos relacionados com a compra de carta de alforria<sup>(2)</sup>, a fuga individual de escravos, a forma violenta com que ela muitas vezes se reveste e a formação de quilombos.

A carta de alforria ocupa apenas um papel introdutório ao tema, pois julga-se fundamental ilustrar a pesquisa com uma carta de alforria de 1774, no momento em que se registra oficialmente a presença do escravo negro no Rio Grande do Sul.

Através da leitura desse documento infere-se o sentimento de inconformidade do preto forro João Francisco para com a escravização da negra Isabel com quem pretende casar, bem como a de sua filha Joanna, de cinco anos de idade. Para libertá-las, dispõe-se a pagar uma quantia ao senhor, recebendo em troca uma carta nos seguintes termos:

*“... hoje para todo o sempre alforria e liberdade tão inteiramente como se do ventre de sua mai forra nascesse e como forras que ficão sendo, poderão fazer de suas pessoas o que muito lhes parecer e que no presente ou no futuro tempo por min nem meus herdeiros ou testamenteiros possão em juizo ou fora dele direta ou indiretamente reivindicar annular ou sahir com duvida alguma e contra esta liberdade e alforria...”<sup>(3)</sup>*

A conquista da alforria e liberdade no século XVIII, mediante compra, é uma demonstração extremamente significativa da inconformidade do negro para com a escravidão e fonte fecunda em torno da qual se pode tecer consideração sobre o seu empenho e resistência até atingir seu objetivo. Pode-se inferir, de fato, que João Francisco primeiramente batalhou para libertar a si próprio, pois era forro, e para posteriormente amealhar o montante necessário para comprar a liberdade de sua escolhida. Pode-se calcular seus percalços des-

---

(2) Sobre carta de alforria, ver GORENDER (1983).

(3) Carta de Liberdade e Alforria. In: *Câmara: correspondência ativa, relatórios e nomeações*. 1.16. Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre.

de as dificuldades materiais, até situações de subserviência e humilhação que ele sofreu no processo todo.

Não se pode conhecer objetivamente esse roteiro, porém as indagações permitem valorizar o ato, instigando novas pesquisas na busca de revelar a História não escrita. Essa proposta encontra-se presente no desenvolvimento deste trabalho, que pretende investigar desde os primeiros registros da presença do escravo negro no Rio Grande do Sul até o ano de 1848, quando da destruição dos quilombos de Rio Pardo.

### **Histórico da Presença do Escravo Negro no Rio Grande do Sul**

Necessário se faz primeiramente historiar e caracterizar a escravidão negra no sul do país, para depois objetivar a pesquisa.

É muito difícil estabelecer uma data para o início da entrada do escravo negro na região, pois não há registros no decorrer do processo de povoamento. Presume-se que os tropeiros paulistas e lagunenses não tenham trazido grandes contingentes de escravos negros. O Golfo do Prata provavelmente tenha sido centro de contrabando de escravos negros, porém acredita-se que poucos permanecem no Rio Grande do Sul, espalhando-se por vários mercados consumidores de Salta, Chile, Bolívia, Entre-Rios, Campanha de Buenos Aires e Banda Oriental do Uruguai.

Somente nas décadas iniciais do século XVIII, Portugal começa a preocupar-se com a ocupação efetiva do extremo sul, ansioso para impedir a expansão espanhola na região (BAKOS, 1982a, p. 13 e seguintes).

Uma das primeiras referências à presença do negro no Rio Grande do Sul aparece na correspondência trocada entre o governador do Rio de Janeiro e o do Rio Grande, em 1738, no ano seguinte ao da fundação do presídio nesta localidade, fato marcante para o início da colonização efetiva no sul do país (LAYTANO, 1957, p. 30).

Segundo a mesma fonte, dois anos após já se faz um termo de arrematação de contrato de escravos e em 1747 encontra-se registro de batismo de escravos na localidade de Viamão, um dos primeiros núcleos de povoamento do Rio Grande do Sul (LAYTANO, 1957, p. 31).

A importância da escravidão negra acentua-se na medida em que se desenvolve a agricultura intensiva e o comércio de carne salgada já então nas décadas finais do século XVIII.

Um levantamento populacional de 1780 revela também a presença do escravo negro em regiões onde se desenvolve a cultura do trigo, nas charqueadas, nos primeiros centros urbanos e nas primeiras estâncias gaúchas de

criação. Aqui, sua função principal é o cultivo do trigo, mandioca, feijão, além da produção do charque e da farinha das grandes propriedades, onde são citadas senzalas geralmente ligadas à atafona e à casa de charque.

Tem-se provas ainda do trabalho escravo negro nas atividades de courama e nas plantações de linho cânhamo, pelas informações de viajantes, relatórios de presidentes de província, relatos de imigrantes etc. Entretanto, os jornais do século passado constituem-se na melhor fonte disponível para especificar os elementos presentes na estrutura escravagista sul rio-grandense, sobretudo na urbana.

À medida que se folheiam os periódicos rio-grandenses do século XIX, desfaz-se o mito, consagrado por longos anos pela historiografia regional, sobre a amenidade da relação senhor-escravo no Rio Grande do Sul, pois "*percebe-se que a violência do branco contra o negro não é monopólio da zona equatorial do país*" (BAKOS, 1982a, p.17, nota 4).

Também não se comprova a asserção de que o contingente de escravos na província tenha sido pouco significativo, conforme se verifica na tabela 1 a seguir:

**TABELA 1**  
POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NO RIO GRANDE DO SUL  
(1814–1858)

Anos	1814	1835	1846	1858
População livre	70.656	142.000	–	282.547
População escrava	20.611	–	30.841	70.880

Fonte: BAKOS (1983, p. 97).

Estes dados revelam que o número de escravos negros mais que triplica no período entre 1814 e 1858, o mesmo ocorrendo com relação ao total da população; calcula-se que a população escrava negra se constituía em quase 1/4 da população total da Província no período em estudo. Mesmo a partir de 1850, com a intensificação do tráfico interprovincial, a escravaria não diminuiu demasiadamente.

Em 1847, pode-se conhecer a distribuição interna regional dos escravos negros devido à publicação de uma tabela dos montantes coletados no Rio Grande do Sul através do imposto de meia sisa. Pelo total pago pode-se calcular que as localidades que mais possuíam escravos negros eram, na seguinte ordem, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Cruz Alta, São Borja, Rio Pardo,

Triunfo, Jaguarão, São José do Norte, Cachoeira, Santo Antonio, Viamão, Freguesia de Torres e São Leopoldo (BAKOS, 1985, p. 82).

Entretanto, é importante chamar a atenção para a relação existente entre a chegada do imigrante na Província, a partir de 1824, e a paulatina adoção de mão-de-obra livre que, desde então, pôde-se acompanhar na Província (BAKOS, 1983).

Após historiar e caracterizar a escravidão no Rio Grande do Sul dos primórdios a meados do século XIX, pergunta-se se é possível que todo esse contingente de escravos negros tenha sido tão resignado à escravidão como faz crer a historiografia regional.

### **A Fuga de Escravos Negros**

A primeira referência à fuga de escravos negros no Rio Grande do Sul é ainda mais remota que a da primeira carta de alforria de que se tem notícias. A referência nos chega através de uma carta enviada pelo Governador do Rio de Janeiro, de quem dependia a administração no Sul do país, ao Mestre de Campo em Rio Grande, em 1738, alertando-o sobre a fuga de um escravo de um capitão do povoamento oficial (LAYTANO, 1957, p. 30, nota 5).

Embora existam correspondências e outras fontes do século XVIII, sua análise, com o objetivo de resgatar as manifestações de resistência do escravo negro, ainda não foi feita. O mesmo problema ocorre em relação ao século XIX, pois é apenas a partir de 1827, quando do aparecimento do primeiro periódico no Rio Grande do Sul, que novas informações são obtidas (RÜDIGER, 1985, p. 116-143).

Claudio Moreira Bento, em 1976, relaciona 11 anúncios sobre a fuga de 14 escravos negros, publicados no decorrer do primeiro e único ano de existência daquele periódico (BENTO, 1976, p. 258).

Entre os trabalhos que recentemente destacam a importância da pesquisa em anúncios relativos a fugas de escravos para melhor compreensão da História do negro no Rio Grande do Sul, salienta-se M. Maestri Filho. O autor mostra que a fuga de escravos, acontecimento que julga como cotidiano no mundo escravista, seja finalmente valorada pela historiografia como um ato de rebelião, pois trata-se da forma mais importante de oposição individual ativa ao escravismo. Segundo Maestri:

*“A fuga podia ser um ato definitivo ou temporário de libertação; uma forma de melhorar as condições de vida ou, até mesmo, uma espécie de ‘greve’ ” (MAESTRI FILHO, 1984a, p. 119).*

As razões apontadas pelo autor para a fuga de um escravo negro são:

1. desejo de descansar, vagabundear. Essa justificativa implica ausência de um plano elaborado visando à definitiva libertação. Pressupõe uma possível captura e castigo, porém compensa pelo descanso de trabalho estafante ou aborrecedor;
2. busca de um quilombo para reconstituir a vida como um produtor independente;
3. tentativa de fazer-se passar por homem livre ou liberto em uma outra região;
4. busca de outro senhor.

Recentemente, Flávia M. Motta, ao analisar os processos-crime no Rio Grande do Sul, alerta que a fuga dos escravos está muitas vezes associada ao crime (MOTTA, 1985, p. 51-53), levantando uma série de relatos de fugas, cujas razões corroboram a teoria de Maestri, conforme se pode constatar:

- a) A escravo de J.S. – Fugiu para escapar de castigos por ter desgovernado carreta onde viajava;
- b) S escravo de STB – Fugiu para procurar outro senhor por não estar contente no cativoiro;
- c) A escravo de ——— – Fugiu após assassinar o senhor;
- d) F escravo de L – Fugiu para trabalhar como peão “a título de liberto”

Esta autora chama atenção de que mesmo nas prisões o escravo negro não deixava de tentar fugir. A propósito desse posicionamento, julga-se pertinente enfatizar a situação peculiar do Rio Grande do Sul como província fronteira dos países do Prata, bem como a escassez crônica de verbas que a região sofre quanto às despesas com a segurança local. Essa realidade que se reflete nas condições das prisões gaúchas é também profundamente tangível nos relatos de Presidente de Província sobre a precariedade da fiscalização policial nas fronteiras, fato que propicia a fuga constante de escravos negros desse país para os países vizinhos do Prata (CARDOSO, 1977, p. 141, nota 1; BAKOS, 1982b, p. 209-223).

A freqüência das campanhas militares na Província facilitava o contato entre a escravaria regional e as lideranças dos países limítrofes. Alguns exemplos pinçados da história das lutas armadas no Rio Grande do Sul são testemunho deste fato (BAKOS, 1985, p. 83-86).

Entre 1816 e 1820 eram constantes as notícias de que Artigas oferecia guarida aos escravos brasileiros, prometendo-lhes a liberdade. Saint-Hilaire chegou a observar que os mais valentes soldados do líder uruguaio eram es-

cravos negros, fugidos do Rio Grande do Sul, fato que julgava compreensível, pois os negros lutavam por sua liberdade<sup>(4)</sup>.

Tais circunstâncias eram rotineiras e, com isso, torna-se difícil calcular o número de escravos negros atraídos para os países platinos na primeira metade do século XIX. Os dados são esparsos e sabe-se apenas, por um ofício da Delegacia de Polícia de Pelotas, que somente entre 1828-1848 cerca de 43 escravos fugiram deste local para o estado vizinho (BAKOS, 1985, p. 88).

Entre os episódios de fuga, para conhecimento da reação do negro diante da escravidão, destaca-se a demonstração de horror à situação de escravidão e ao rigorismo dos senhores. A única pesquisa disponível sobre o tema, até o momento, é o trabalho já referido de Flávia Motta, que delimita o âmbito de seu estudo entre os anos de 1820 e 1845, concentrando-se na análise dos processos-crime de escravos negros existentes na comarca de Porto Alegre e Pelotas. A autora esclarece sobre o caráter exploratório do levantamento que ainda está à espera de novas pesquisas para ser efetivamente completado. Os crimes, suas razões e suas vítimas, a nível de amostragem, encontram-se discriminados no quadro 1, à seguir.

Constata-se pelo referido quadro que dos doze crimes discriminados, oito apontam a revolta como o seu principal motivo, um declara que não pretendia matar, mas apenas assustar a família, um nega o crime, dois alegam ter tido medo de castigo ou de serem reconduzidos a escravidão depois de terem conseguido fugir.

A escassez dos dados não diminui sua importância para demonstrar que a violência constitui por vezes a única forma de o negro escravo manifestar sua resistência e rebeldia para com o bárbaro traslado que sofre, o rigorismo do trabalho a que é submetido e os maus tratos que o humilham e fazem-no sofrer.

Entre as conclusões de Flávia Motta está a constatação de falsidade da idéia de que o escravo negro urbano tenha sido mais propenso à rebeldia do que aquele relacionado à vida rural, pois os processos revelam que a maior parte dos crimes acontecem em sítios, chácaras e fazendas. Ela também se posiciona contra a idéia de que os escravos crioulos ou ladinos fossem mais propensos à criminalidade. Os documentos que consultou a autorizam a colo-

---

(4) *"Titara relata que caudillos platenses consiguen promover una revuelta de esclavos en la villa de Pelotas en 1848. Pero, en vésperas del estallido, el Delegado de Policia es informado por un delator y tiene tiempo para frustrar el plan. En ocasión apresa a un centenar de negros comprometidos y otros tantos que logran huir.*

*Algunos tratados son firmados entre Brasil y los países vecinos, tendiendo a lograr el respeto de la propiedad de las personas de cualquier nacionalidad. Así el tratado 1848 entre Brasil y Argentina, por el cual ésta se obliga a extraditar a los esclavos brasileños que fuesen hallados en su territorio. En 1861 Uruguay firma un tratado semejante"* (BAKOS, 1983, p. 98).

**QUADRO 1**  
**CRIMES DE ESCRAVOS NEGROS, SUAS RAZÕES E VÍTIMAS,**  
**REGISTRADOS NAS COMARCAS DE PORTO ALEGRE E PELOTAS**  
**ENTRE OS ANOS DE 1820 E 1845**

Crime	Dados do escravo	Ano/local	Motivo
1. Matou o Senhor com a faca	Joaquim	1819 Caçapava	Castigado com açoite sem motivo
2. Matou a Senhora com machado	Felisberta	1821 S. Gabriel	Castigada com chicote sem motivo.
3. Colocou veneno na comida do Sr. e família	Florinda	1828 P.Alegre	Disse que não pretendia matar e sim apenas ameaçar o Senhor
4. Mataram um capataz com machado	João e Pascoal	1821 P. Alegre	Revolta contra ordem do capataz para que chicoteasse um igual (outra razão: revolta contra ordem de trabalhar após almoço).
5. Matou capataz	Jerônimo	1831 P.Alegre	Era muito cruel, negava comida e castigava
6. Agrediu o seu Mestre a facada	Domingos	1823 P. Alegre	Exigia e castigava muito no ofício de sapateiro
7. Mataram capataz a facada	Rodolfo e Leopoldo	1828 Rio Pardo	Revolta contra ordem de espancar cruelmente um escravo negro.
8. Assassinaram o Senhor	Francisco, José e Antonio	1823 Alegrete	Negam o crime
9. Assassinou Senhor enquanto dormia	Antonio	1822 P. Alegre	Revolta contra castigo depois de desgovernar carreta onde viajava.
10. Matou o Senhor	Antonio	1821 P. Alegre	Revolta porque não gostava do novo Senhor e este o ameaçou de castigo.
11. Matou o Senhor	Francisco	1819 —	Medo de ser reconduzido à escravidão depois de ter fugido e sido encontrado pelo Senhor
12. Assassinou preto forro	Manoel	1818 —	Disse que depois de ter fugido da casa do Senhor foi perseguido por ele.

Fonte: Motta (1985, p. 41-63).



cá-los em pé de igualdade, nesse sentido, com os negros naturais da Costa, Moçambique, Benguela, Angola, Nação Congo, Rebollo ou Cobrenda, igualmente envolvidos em processos-crime. Conforme suas palavras:

*“O ato criminoso do escravo era uma atitude intempestiva e isolada, na maioria das vezes, individual. Todavia, a criminalidade escrava toma uma dimensão coletiva quando se verifica a similaridade das situações. As atitudes individuais deixam de ser isoladas quando se verifica a identidade entre elas. A freqüência e a identidade do conteúdo (a rebeldia) desses crimes impedem que seu caráter individual seja confundido com ‘ocupacional’. E isso certamente não passou despercebido pelos senhores, tanto que o escravo era tido como o ‘inimigo doméstico’” (MOTTA, 1985, p. 54-55, nota 14).*

Um estudo da criminalidade do escravo negro com o objetivo de resgatar o ideal de liberdade embutido na violência não significa que se negue ou relegue a segundo plano atos agressivos por parte do escravo e que não são passíveis dessa releitura. Tal é o caso de um crime ocorrido na estância de um coronel gaúcho, onde

*“um escravo deste de nome Valentim, não podendo forçar para fins libidinosos, assassinou barbaramente a mulher de seu feitor, Ana Rodrigues de Oliveira, e os 2 filhos desta, um de 3 a 4 anos de idade e outro ainda de 3 a 4 meses”<sup>(5)</sup>.*

A despeito do cuidado que se deve ter com o registro histórico, muitos sonogando e outros que distorcem a realidade dos fatos, julga-se possível utilizar essas novas fontes para conhecer a história dos escravos negros neste país e especialmente no Rio Grande do Sul.

## Os Quilombos Gaúchos

A história dos quilombos no Rio Grande do Sul ainda está por ser feita. O que se tem até o momento são dados esparsos sobre alguns deles, mas nenhuma pesquisa que sistematize e analise exaustivamente o tema.

A primeira referência de que se tem notícia sobre quilombos nessa região data de 18 de junho de 1773. Nesta ocasião ocorre o registro da provisão de

---

(5) Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Capistrano de Miranda e Castro. Porto Alegre, Tipografia Porto Alegrense, 1848, p. 6-7.

um capitão-do-mato para o continente do Rio Grande. O Juiz Presidente e seus oficiais fazem saber a todos, através do referido documento, que tal nomeação era necessária em face das notícias de

*“muitos quilombos que há neste continente de negros fugidos do poder de seus senhores causando a estes e outros moradores do mesmo continente grande prejuízo na sua falta não só no trabalho que delles experimentão como também nos muitos roubos e latrocínios que dos mesmos quilombos costumão fazer”*(6).

A leitura do código de posturas dos municípios sul-riograndenses revela que nas próximas décadas a nomeação do capitão-do-mato torna-se rotineira(7). Tais informações, entretanto, muito pouco nos dizem sobre os homens que fundaram o quilombo, seus planos e realizações.

Esses dados, quando encontráveis, são muito vagos. A documentação disponível até o momento autoriza apenas a afirmar que houve quilombos no Rio Grande do Sul especialmente nas regiões circunvizinhas aos municípios produtores de charque, embora haja referência a quilombos em Santa Maria, por exemplo, mas cuja existência não foi comprovada.

Segundo M. Maestri Filho, houve vários tipos de quilombos, consoante fatores alheios à vontade do escravo:

*“Uma região montanhosa, agreste, perto de uma concentração de escravos (fazenda, engenho, etc.), facilitou a construção de uma concentração quilombola. O peso relativo e absoluto da população escrava, em uma região, era outro determinante. As crises políticas, econômicas e sociais, a homogeneidade racial, caracterizavam também a formação de um quilombo”* (MAESTRI FILHO, 1984a, p. 125, nota 13).

Entre os quilombos que existiram no Rio Grande do Sul, sobre os quais se tem dados concretos, pode-se apontar o quilombo do negro Lucas, na ilha dos Marinheiros em Rio Grande (1833), o quilombo de Pelotas (1835), os quilombos de Rio Pardo (1848) e o de Barba Negra (1829).

Busca-se, no quadro 2, através da sistematização das poucas informa-

---

(6) O registro de uma provisão de capitão-do-mato passada a Salvador de Inez Camacho (5.6). Registros AHMPA. Essa data difere daquela que Mario Maestri Filho aponta em seu livro (MAESTRI FILHO, 1984a, p. 127, nota 13).

(7) Primeiro Livro de Registro de Posturas Municipais de 1829 a 1888. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

**QUADRO 2**  
**SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS SOBRE QUILOMBOS**  
**NO RIO GRANDE DO SUL**

Quilombo	Período Destruição	Número de homens	Bens	Atividades	Destruição
1. Do negro Lucas Rio Grande	1833	6 homens e 4 mulheres negros escravos; contavam com a colaboração de negros libertos e cativos que viviam e trabalhavam na ilha.	Casa grande com vários repartimentos, couros de vaca, carne, lenha cortada, panelas de ferro, utensílios, chocalateira e garrafas.	Preparavam sebo, graxa, charque para vender.	Perseguidos por 7 assassinos que lhes eram imputados; destruído depois da traição de um pardo a soldo da Guarda Nacional.
2. De Manuel Pardo Pelotas Serra de Tapetes	1835	15 pessoas; roubaram 3 escravos e uma liberta das cercanias.	Ranchos de "giriba" para passar os dias e um galpão em local afastado e escondido para referência, armas de fogo, facões e facas grandes; plantações de feijão, couve e pimenta	Prática de roubo e crime. Atacam casas e arrasavam lavouras de milho e feijão; viviam em constante deslocamento. Roubaram prataria, roupas, armas, roupas de cama para consumo próprio ou trocar por armas de fogo.	Foi necessário fazer "partidas de colonos" e reorganizar polícia volante e instituir um prêmio pela cabeça de Manuel Pardo
3. De Rio Pardo (vários, desde 1828 a 1848) Rio Pardo	1847-1848	7 mulheres; 13 homens	-	Viviam de roubos nas plantações da cercania.	Encurralados pela prática de destruir plantações.
4. Ilha de Barba Negra Porto Alegre	1829	Mais de 30 homens. Número não específico de mulheres.	4 casas prontas e 2 em construção. Lanças e espingardas. Canoas, lenha cortada.	Rouças de feijão e de milho. Proteção de estancieiros da região que os ocupavam para trabalhar nas charqueadas de dezembro a fevereiro.	Expedição de 160 soldados da linha e 30 artilheiros. Nada conseguiram. Os quilombolas foram avisados a tempo pelos escravos negros de Porto Alegre e conseguiram fugir.

Fontes: CESAR (1976); MOTTA (1985, p. 54-55 nota 14); MAESTRI FILHO (1984a, p. 125, nota 13; 1984b; 1979); REVERBEL (1965); FLORES (1983).

ções esparsas sobre tais quilombos, resgatar no conteúdo aspectos que podem ter significância para demonstrar a resistência do negro escravo embutido na sua idealização e desenvolvimento.

A análise dos dados discriminados no citado quadro indica que os quilombos registrados eram formados por um número pequeno de escravos negros, raramente ultrapassando a duas dezenas, como no caso do quilombo de Barba Negra.

Todos os quilombos aqui apontados encontravam-se nas localidades consideradas entre as cinco maiores concentradoras de escravos negros no Rio Grande do Sul, conforme tabela de coleta de impostos de meia sisa citada neste trabalho.

As atividades básicas dos quilombos eram a agricultura sazonal, o saque nas plantações dos vizinhos, havendo, contudo, referência, no quilombo de Barba Negra, ao trabalho dos quilombolas nas charqueadas locais, nas épocas de maior necessidade de mão-de-obra. O historiador Moacyr Flores, que trabalha com a fonte, não esclarece qual a forma de remuneração que recebiam, alertando apenas que os senhores davam proteção aos quilombolas e não manifestavam preocupação em destruir os quilombos, como os senhores de Pelotas e Rio Grande.

Algumas características na história dos quilombos de Rio Grande merecem ser destacadas. Entre elas, salienta-se a resistência dos quilombolas de Rio Pardo em face da persistente repressão que sofriam. A cada incursão da polícia eles se reorganizavam, resistindo desde 1828 até sua destruição em 1848. Esse destino final, segundo Maestri Filho, não é atribuível, no entarito, somente à força e sim à paulatina colonização da região.

Moacyr Flores relata que os quilombolas de Barba Negra mantêm preso ao tronco o escravo marinho José Inácio Teixeira durante todo o tempo de sua permanência no local, pois era fiel ao seu senhor e poderia denunciar o refúgio caso conseguisse fugir.

As histórias dos quilombolas de Rio Pardo, reveladas no Auto de Qualificação e Interrogatório após suas prisões pelo Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais são esclarecedoras sobre o tipo de homem e vida que se fazia nos quilombos. Veja-se o depoimento de Miguel, que se dizia ex-escravo de coronel e assumiu sua livre iniciativa de fugir para o quilombo.

Todos os sobreviventes negaram-se a dar informação sobre os outros quilombos da região e apenas concordaram que eles deviam existir, pois viam sinais de fumaça nos morros.

Para terminar com os quilombos, as autoridades adaptaram localmente a velha prática de destruir colheitas, que os lusitanos utilizaram na África em combate aos aborígenes que escapavam dos traficantes de escravos, embrenhando-se por matos.

Ao que consta, os quilombolas lutaram com muita dificuldade para não serem destruídos pela fome e pelos senhores. Se isso confere à sua sobrevivência um caráter de resistência e rebeldia contra a morte e o jugo senhoril, é lícito concordar com Gorender, quando ele salienta o aspecto regressivo e não de transformação presente na ideologia dos quilombolas brasileiros (GORENDER, 1983, p. 17. nota 2).

### Considerações Finais

Discorreu-se neste trabalho sobre as fugas de escravos negros, o recurso à violência e a formação de quilombos no Rio Grande do Sul, fatos que levaram ao entendimento das razões da ação escrava.

Conclui-se que o negro, em nenhum momento, recebeu com passividade e indolência o papel que lhe outorgaram, resistindo, na medida do possível, à escravidão e manifestando sua inconformidade em variadíssimos atos, muitos dos quais permanecem registrados em fontes diversas, principalmente na documentação oficial. Veja-se o caso dos registros existentes sobre nomeação de capitães-do-mato.

Impõe-se uma releitura dos registros históricos visando a melhor compreensão da profunda e silenciosa mensagem de desespero e rebeldia neles contida<sup>(8)</sup>.

### Referências Bibliográficas

- BAKOS, Margaret. A Escravidão Negra e os Farroupilhas. In: DACANAL, J. H. (Org.) *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre, 1985, p. 79-97.
- . La Esclavitud Negra en el Periodo Farroupilha Rio-Grandense. *Revista America Meridional*. Montevideo, (1): 95-107, 1983.
- . RS: *Escravidão e Abolição*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982a.
- . O Escravo Negro nos Cárceres de Porto Alegre. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, 8(2): 209-223, dez 1982b.
- . O Imigrante Europeu e o Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. *Véritas*, 28 (112): 455-461, 1983.
- BENTO, C.M. *O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre, IEL/DAC/SEC, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Paz e Terra, 1977.
- CESAR, Guilhermino. As Posturas e o Negro. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 10/04/1976.
- FINLEY, M.I. The Silent Women of Rome. In: *Western Civilization*, vol. I. Annual Edition. Connecticut, The Dushkin Publishing Group, 1985.
- FLORES, Moacyr. O Quilombo da Ilha Barba Negra. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 05/07/1983.

(8) Sobre uma releitura, conforme se indica, ver FINLEY (1985, p. 58-63).

- GORENDER, Jacob. Questionamento sobre a Teoria Econômica do Escravismo Colonial. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 07-39, jan/abr. 1983.
- LAYTANO, D. O Negro no Rio Grande do Sul. In: *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Porto Alegre, PUC-RS, 1957.
- MAESTRI FILHO, Mario. *O Escravo no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, Ed. da Universidade, 1984a.
- \_\_\_\_\_. *O Escravo Gaúcho. Resistência e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1984b.
- \_\_\_\_\_. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas*. Caxias do Sul, Ed. da Universidade, 1979.
- MOTTA, Flávia de Mattos. *Crime e Rebeldia Escrava no Rio Grande do Sul (1820-1845)*. Porto Alegre, Dissertação de Bacharelado, UFRGS, 1985.
- REVERBEL, Carlos. Um Livro de Memórias. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 10/01/1965.
- RÜDIGER, Francisco. O Nascimento da Imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do IFCHPA*, 13: 116-143, 1985.